



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

A Lei de Segurança Alimentar entrou em vigor no dia 20 de Outubro de 2013, e regula a supervisão e gestão, as medidas de prevenção, o controlo e tratamento de riscos e os mecanismos de tratamento de incidentes no âmbito da segurança alimentar. O Centro de Segurança Alimentar também entrou em funcionamento nesse mesmo dia, para fiscalizar o cumprimento das normas. No entanto, nas últimas duas semanas, registaram-se dois casos de intoxicação alimentar colectiva num restaurante e numa escola, respectivamente, envolvendo mais de 50 pessoas. Felizmente, os referidos casos não foram muito graves.

Segundo os Serviços de Saúde, num dos casos os envolvidos apresentaram sintomas de gastroenterite depois de terem comido no restaurante em causa, e todas as amostras de fezes recolhidas apresentaram reacção positiva ao norovírus. Mas na nota de imprensa destes Serviços não se explicam pormenores do caso, apenas se apela para o seguinte: *“os consumidores devem comprar os alimentos e ingredientes alimentares em fornecedores com boa reputação, e os fornecedores devem garantir a segurança dos alimentos e dos ingredientes durante o processo de conservação e produção. Os produtos marítimos tais como ostras, camarão e caranguejo, que contêm bactérias patogénicas, devem ser bem cozinhados antes de ingeridos”*. Os serviços competentes não explicaram se a intoxicação



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

alimentar teve a ver com problemas de higiene ambiental, processo de tratamento dos alimentos ou qualidade dos alimentos. Nem o público nem o respectivo sector de actividade conseguiram obter informações exactas sobre o assunto, por isso, é difícil evitar o surgimento de situações semelhantes.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Depois da criação do Centro de Segurança Alimentar, de que procedimentos e mecanismos dispõe então o Governo para o tratamento e acompanhamento dos casos de intoxicação alimentar colectiva? De que medidas dispõe para punir os restaurantes e fornecedores de alimentos que apresentam problemas, a fim de evitar o surgimento de situações semelhantes?
2. Para salvaguardar o direito à informação do público, o Governo deve dispor de canais para divulgar os pormenores dos resultados dos casos de intoxicação alimentar colectiva, a fim de aumentar a consciencialização da população sobre a segurança alimentar, e de alertar a população e o sector de actividade em questão para tomarem as devidas medidas, a fim de se reduzirem os riscos ao nível da segurança alimentar e os impactos resultantes de intoxicações alimentares. O Governo vai fazer isso?
3. Segundo as informações do Governo, o Centro de Segurança Alimentar salvaguarda a segurança alimentar, recorrendo à informação, gestão e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

avaliação dos riscos. Face aos casos de intoxicação alimentar colectiva registados recentemente, de que medidas dispõe o Governo para reduzir ao mínimo os riscos daí resultantes?

**A Deputada à Assembleia Legislativa**

**Kwan Tsui Hang**

17 de Janeiro de 2014